

HABEAS CORPUS Nº 549.178 - SP (2019/0359635-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : TATIANA ELISA MARÃO BERAQUET - SP205232
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SERGIO LUIZ DA CONCEICAO SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de SERGIO LUIZ DA CONCEIÇÃO SANTOS contra decisão de indeferimento de liminar em *habeas corpus*, proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2256042-90.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante por suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, sendo a custódia convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, a qual indeferiu o pedido liminar, nos seguintes termos da decisão de e-STJ fls. 62/63.

A defesa, nesta oportunidade, reafirma estar caracterizado o constrangimento ilegal por não haver fundamentação idônea hábil a estear o decreto constritivo, estando ausentes os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis do paciente, sendo primário, com bons antecedentes, tendo residência fixa e profissão definida.

Afirma que na hipótese de eventual condenação faria jus a regime prisional mais brando, o que revela a desproporcionalidade do encarceramento preventivo.

Diante disso, pugna, liminarmente, pela revogação da prisão preventiva, com a superação do enunciado sumular 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada. A propósito:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 306.319/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 19/6/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, neste juízo superficial que é típico das decisões liminares, a prisão preventiva não se revela manifestamente injustificada – única hipótese em que se superaria a orientação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal.

A princípio, vislumbra-se necessária a manutenção da medida cautelar prisional para a garantia da ordem pública, porquanto o Magistrado de primeiro grau destacou que "o autuado estava em local conhecido como ponto de tráfico de drogas, na posse de razoável quantidade de entorpecentes e de expressiva quantidade de dinheiro, o que demonstra que não se trata do pequeno e eventual

traficante vislumbrado pelo legislador como “merecedor” de benesse legal que acarretaria diminuição de pena e fixação de regime prisional mais brando e caso de condenação. Tudo isso recomenda o resguardo da ordem pública, da instrução processual e do cumprimento da lei penal" (e-STJ fl. 40/41).

Dessa forma, a análise perfunctória do *writ* não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem; de fato, não se observa flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, resultando incabível a presente impetração, pois não está configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Ao menos em análise sumária, típica desta fase, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, em especial a garantia da ordem pública.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É certo, de todo modo, que as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus*, por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator